

A ansiada aparência do real: Sobre a não anulável pretensão de objetividade da experiência na epistemologia de McDowell

Reynner Franco*

DOI 10.20399/P1982-999X.2016v1n1pp58-69

Resumo: A epistemologia disjuntivista de John McDowell oferece uma resposta ao ceticismo sobre o conhecimento perceptual do mundo a partir de um argumento a favor da não anulável pretensão de objetividade da experiência. Proposta que resulta plausível desde o ponto de vista epistemológico. Adicionalmente, McDowell insiste na necessidade de incorporar um argumento transcendental (depurado do idealismo) para refutar definitivamente dito ceticismo. Paul Snowdon tem esclarecido o alcance desta ponderação – e do disjuntivismo em geral – e tem formulado as perguntas oportunas acerca dos pressupostos e compromissos empírico-teóricos de McDowell, cuja relação com seu enfoque epistemológico não resta de todo clara. Este artigo parte das perguntas de Snowdon, procurando mostrar que um dos principais pressupostos do ‘ponto de vista transcendental’ pretendida por McDowell, repousa em sua recepção de uma ‘radicalização’ do transcendentalismo kantiano, tal como se coloca no conceito hegeliano de ‘objetividade’. Se defende a observação de Snowdon de que o recurso (transcendental) de McDowell não parece fortalecer o alcance de sua teoria disjuntivista do conhecimento perceptual.

Palavras-chave: disjuntivismo, conhecimento perceptual, pretensão de objetividade, aparência, transcendentalismo.

Abstract: The Desired Appearance of the Real. On the Non-Defeasible Objective Purport of Experience in McDowell’s Epistemology Abstract McDowell’s disjunctive epistemology offers a response to skepticism about perceptual knowledge of the world, starting with an argument from objective purport of experience. This proposal is plausible from the epistemological point of view. Additionally, McDowell insists on the need to incorporate a transcendental argument (“without suspicious of idealism”) to refute definitively the skepticism. Paul Snowdon has illuminated the scope of this approach –and in general of disjunctivism– and has made the appropriate questions about McDowell’s experience-theoretical assumptions and commitments, whose relationship with his epistemological approach is not entirely clear. This paper is motivated by Snowdon’s questions, seeking to show that one of the main assumptions of the “transcendental standpoint”, intended by McDowell, rests on his receipt of a “radicalization” of Kantian transcendentalism through Hegel’s concept of “objectivity”. It supports Snowdon’s observation that the (transcendental) resource of McDowell seems not to strengthen the scope of his disjunctive theory of perceptual knowledge.

Key words: disjunctivism, perceptual knowledge, objective purport, appearance, transcendentalism.

Dos principais fundamentos (ou explicações) atuais em torno ao suporte e conteúdo do conhecimento humano, um dos mais interessantes, desde meu ponto de vista, é o que recentemente propôs John McDowell, especialmente no contexto de uma resposta ao ceticismo acerca do conhecimento perceptual. Sua obra *Mind and World* (1994) provocou –e segue provocando – muitas reações, em sua maioria contrárias que a favor, sobre a tese de que nossa experiência (inclusive a perceptual) é *conceitual*. Tese que pode resultar extrema, porém que não parece simples de se refutar, ao menos nos

* Professor da Universidade de Salamanca, Departamento de Lógica, filosofia e estética, email: rfranco@usal.es. Tradução de Danilo Vaz-Curado R.M. Costa (UNICAP), danilo@unicap.br.

termos nos quais McDowell a situa, a saber: no marco do ponto de vista da *espontaneidade* num sentido kantiano (desde nossa faculdade da sensibilidade), que McDowell considera como uma “etiqueta para denominar o fato de que aí se fazem implicadas as capacidades conceituais”¹ junto com a crítica ao Mito do Dado – seguindo as chave de diagnóstico que oferece principalmente Sellars –, como posições enfrentadas ao suposto de que o mundo tem uma aparência mais além da que nossa experiência dele alcança perceber ou conceber. A posição contrária – os intentos de esclarecer os suportes de nossa experiência do mundo mais além de nossa experiência, ou desde o que há antes de nossa experiência – está representada (em *Mind and World*) fundamentalmente pelas teorias dos *estados de sistemas informativos* que defendem a possibilidade de possuir *conteúdos não conceituais* (não espontâneos ou não articulados já na sensibilidade) que excedem os únicos conteúdos com os quais pode operar a experiência sensível e que inclusive a regulariam (como propõe G. Evans e, sobretudo, Peacocke). Problema que recai, em último termo, com o objetivo de demonstrar – numa discussão sobre se é possível ou não refutar os pressupostos transcendentais de nossa experiência do mundo se remeter necessariamente a outros pressupostos transcendentais.

Expresso desde os argumentos da teoria da percepção que se deriva do conceito mcdowelliano de experiência, o problema poderia colocar-se do seguinte modo: se nossas experiências perceptuais são compreendidas como premissas desde as quais extraímos conclusões do mundo (como observa McDowell contra Peacocke), a crença de que nossa experiência acede realmente ao mundo permaneceria sem dúvida dentro de uma opacidade² que inspiraria explicações igualmente opacas ou extremamente especulativas, pois, se interpreto bem McDowell, parece clara a distinção entre uma descrição do que se considera necessário para crer ou fazer algo, e uma descrição das razões pelas quais um sujeito acredita ou faz algo (crenças ou ações para as que o sujeito necessita ter razões) na relação com o mundo externo.³ Neste ponto, a posição disjuntivista de McDowell se enfrenta face a um fiabilismo (ou justificacionismo

¹McDowell, *Mind and World*, Cambridge: Harvard University Press, 1996, p. 9 (adiante MW); versão castelhana: *Mente y mundo*, M. Quintana (trad.), Salamanca: Sígueme, 2003, p. 45, (adiante MM). Incorporo a paginação de ambas as edições em algumas citações modifico ligeiramente a tradução.

²“Se o papel da experiência fosse o de oferecer premissas para uma argumentação acerca do mundo, então essa experiência somente poderia permanecer como algo opaco” (McDowell, MW, p. 165; MM, p. 255).

³MW, p.163; MM, p. 252.

fundacionalista) que incorre nas maiores dificuldades ao pretender evitar a circularidade da explicação de nossa experiência perceptiva (v.g., entre *ser de uma cor*, vs. *Ter o aspecto de uma cor*), cujo centro da disputa seria o problema de se são possíveis as explicações transversais entre descrições (ou definições) e conteúdos. Desde a posição de McDowell isto não é possível, e isso se deve a que a *transversalidade explicativa*, p.ex, pretender explicar o que tem lugar numa percepção ou num conceito determinado a partir de uma definição do que é ter essa percepção ou conceito determinado – não pode dar razão do conteúdo de nossas percepções ou prescrever o que faz perceber-se nas condições adequadas que fazem possível nossa experiência conceitual, com o que a circularidade permaneceria, portanto, intacta, inclusive como cenário explicativo menos especulativo: ademais, tão pouco se torno claro – como critica McDowell – que seja possível explicar o que significa *possuir conceitos* aplicando um requerimento de não-circularidade, como sugere Peacocke.⁴ A argumentação de McDowell pode permanecer ilustrada com a seguinte afirmação: “não é inteligível o que é *ser da cor vermelha*, digamos, a menos que se acompanhe da compreensão de que é *ter o aspecto da cor vermelha*, a ideia de *ser da cor vermelha* não vai além que a ideia do *ter o aspecto que as coisas vermelhas têm quando estamos nas circunstâncias adequadas*”⁵.

Ainda que a polêmica em torno às deficiências da transversalidade explicativa requeira uma exposição mais detalhada e resulta crucial para compreender o problema que tratarei neste trabalho, confio no que tenho dito até agora a respeito, pode resultar suficiente para introduzir a dificuldade específica a que a epistemologia disjuntivista de McDowell objetiva dar uma resposta satisfatória.

De momento poderia adicionar a respeito que conforma um argumento importante em sua investigação (o programa mais geral), inspirada em sua comparação das concepções de Strawson e Stroud⁶, sobre a aparentemente impossível anulabilidade dos argumentos transcendentais (inclusive na posição do cético sobre o acesso de nossa experiência ao mundo) no referente às afirmações e crenças que temos do mundo a partir de nossa experiência perceptual e, o que resulta mais complexo e interessante ainda, a possibilidade de circunscrever a experiência sensível do mundo neste ponto de vista transcendental, prescindindo de um idealismo transcendental. Um enfoque que, apesar de sobrepassar ao âmbito epistemológico, não parece debilita-lo, ainda que

⁴MW, p. 168s; MM, pp. 258ss.

⁵MW, p. 29; MM, p. 72.

⁶McDowell 2008, p. 376.

permanece a pergunta sobre si o fortalece. Snowdon sustenta que não, por resultar pouco clara a combinação mcdowelliana de pressupostos procedentes de distintos modos de argumentação (epistemológico e teórico-empírico), especialmente no propósito de dar resposta ao cético sobre se tem sentido ou não falar de casos os quais nossa experiência perceptual do mundo resulta *exitosa* (casos nos quais percebemos direta e realmente o que há no mundo)

Neste sentido, e em consonância com a leitura de Snowdon (2009), o que oferece maior dificuldade no projeto de McDowell é sua espécie de *amálgama* – se se permite – de pressupostos teóricos-empíricos e epistemológicos que não parecem encaixar com suficiente clareza ainda que se dá lugar a um projeto de sua concepção disjuntivista da experiência como *material* para um *argumento transcendental*, em princípio, não idealista, como tenho mencionado antes. Snowdon formulou as perguntas oportunas sobre os pressupostos ou compromissos de McDowell⁷ e certamente pode observar esta dificuldade em *Mind and World, Criteria, Defeasibility na Knowledge* (1998) e – ainda que em menor medida – em *The Disjunctive Conception of Experience as material for a transcendental Argument* (2008 [2006]). Não obstante, este último ensaio e outros trabalhos de McDowell – especialmente *Hegel's Idealism as Radicalization of Kant* (2009) – contribuem a esclarecer algo a este aspecto e suas implicações na epistemologia disjuntivista. Acerca deste aspecto quero me dirigir até agora.

Diagnóstico de ceticismo

Com efeito – como ressalta Snowdon – McDowell aspira haver alcançado responder algumas questões cruciais do ceticismo sobre o conhecimento perceptual (e sobre o conhecimento empírico em geral). Como afirma McDowell, “as perguntas céticas carecem de um tipo de urgência que é essencial para dar-nos problemas”⁸. Sem dúvida, se trata de uma afirmação muito pretenciosa. A pergunta que segue é “como se alcança isto?”, “que significa isso que ainda que sejam relevantes as questões céticas não

⁷Snowdon 2009, pp. 138ss

⁸MW, p. 113. Snowdon 2009, p. 133.

conseguem alterar sua argumentação (de McDowell) a respeito ao que afirmamos sobre o mundo exterior? A princípio se trata de algo assim. Antes de analisá-lo mais de perto, gostaria de observar aqui que nisso subjaz, segundo creio, um desenvolvimento que considero um pressuposto chave de McDowell para sua epistemologia disjuntivista da experiência perceptual, pressuposto que apesar de parecer muito claro oferece não poucas dificuldades ao incorporar uma leitura *radicalizada* de Kant, segundo o autor – e na linha de Robert Pippin – através do idealismo absoluto de Hegel, o que se supõe que deveria entrar em conflito com a proposta de McDowell. Voltarei a este ponto mais adiante.

É correto o conceito de *aparência* na concepção disjuntivista de McDowell, o que supõe afirmações gerais sobre o mundo que tem de admitir qualquer cético que negue a aquisição de conhecimento perceptivo do mundo. A chave da crítica de McDowell se encontra no diagnóstico do ceticismo. Este ceticismo pressupõe – segundo McDowell – a “incapacidade de conferir sentido a ideia de acesso perceptual direto a fatos objetivos acerca do entorno”⁹. Em outras palavras, o modo mais plausível de negar que podemos ter uma experiência perceptiva autêntica (não ilusória ou velada pela subjetividade) do entorno, é mostrando que as experiências ilusórias *reproduzem* ou *imitam* em tudo as não ilusórias (o tradicional argumento da ilusão, inspirado no gênio maligno de Descartes ou do cérebro numa cuba:

O que confere forma a este ceticismo é a ideia de que inclusive no melhor dos casos o máximo que se pode alcançar a experiência perceptiva permanece próximo de um sujeito que tem diretamente a disposição dele um estado de relações de entorno. Considere [possíveis] situações nas quais uma pessoa parece ver, digamos que há um cubo vermelho frente a ela. A ideia é que inclusive se nos centramos no melhor dos casos, sua experiência poderia ser tal como é, em todos os aspectos, inclusive se não havia nenhum cubo diante dela. Isto parece revelar que a experiência perceptiva provém, como muitas, de avais não conclusivos para afirmações sobre o entorno. (McDowell: 2008)¹⁰

Sem dúvida, este modo de ceticismo não pode estar isento de dar por posto os elementos disjuntivos na proposta de McDowell e, portanto de assumir seus pressupostos já que tais elementos (e todos os que possa surgir de uma aparência) partem da experiência da *mera aparência*, sendo possível unicamente a partir dela (desde uma aparência) o surgimento de distintos tipos de experiências perceptuais: “As

⁹McDowell 2008, p. 378. Para uma análise mais detalhada do argumento, veja-se Snowdon 2009, pp. 146ss.

¹⁰McDowell 2008, p. 378.

aparências perceptuais são ou estados objetivos de relações que se fazem manifestas por si mesmas a um sujeito, ou situações nas quais acontece como se um estado objetivo de relações se faz manifesto a um sujeito ainda que esse não seja o modo como são as coisas”¹¹. Deve se advertir que esta formulação (geral) tem sofrido diversas interpretações que se distanciam das implicações do problema que coloca, essencialmente no que se refere aos elementos disjuntivos.¹² Como bem esclarece Paul Snowdon, os corretos elementos disjuntivos não se expressam em termos de uma contraposição ou negação simples (ao modo de: ou bem se vê algo externo, ou bem não se vê algo externo; ou se abarca algo do mundo ou não se abarca algo do mundo), ou na refutação (e/ou defesa) de um *fator comum* entre as experiências disjuntivas, afim de determinar qual é o elemento disjuntivo *bom* e qual é o *mal*. Também aqui a descrição de Paul Snowdon resulta pertinente: “assim se temos os disjuntivos corretos, cada um pode ser evento, cada um é uma experiência, cada um pode ser algo que acontece ao sujeito S, cada um pode produzir certo efeito no sujeito e assim sucessivamente.”¹³

Como consequência epistemológica desta concepção, McDowell sustenta que o cético (sobre a percepção direta do entorno) *reconhece* que em tudo isso persiste uma propriedade da experiência, a saber, que “pretende ser [uma experiência] da realidade objetiva”¹⁴. O problema cético como tal parece surgir, portanto, da convicção de que ambas as experiências gerais – ver algo e acreditar ver algo – são da mesma natureza,¹⁵ sem que se possa encontrar um modo de diferenciar ambas as experiências. A este aspecto McDowell propõe o seguinte argumento:

Ao menos implicitamente há aqui um raciocínio que pode se expor do seguinte modo. Afim de fazer inteligível [a ideia de] que a experiência tem, depois de tudo, pretensões objetivas, devemos ser capazes de dar sentido a uma classe de experiência diferenciadas epistemicamente, aquelas nas quais (continuando com o caso visual) alguém vê como são as coisas – aquelas nas quais como são as coisas que se fazem visualmente acessíveis a alguém. As experiências nas quais simplesmente a alguém aparece como se as coisas são assim, são, portanto, experiências que enganosamente se apresentam como pertencentes à classe diferenciada epistemicamente. De modo que se vamos compreender a

¹¹McDowell 2008, pp. 380s.

¹²Um detalhado esclarecimento da correta compreensão dos elementos disjuntivos na epistemologia de McDowell, em resposta aos mal entendidos de Blackburn, se encontra em 2009, p. 140ss.

¹³Snowdon 2009, p. 141.

¹⁴McDowell 2008, p. 382.

¹⁵Sugestão de Snowdon 2009, p. 144, para explicar a razão pela qual o cético não encontra sentido na noção de “acesso perceptual direto a fatos objetivos”.

ideia de que as experiências tem pretensões objetivas, necessitamos da ideia de experiência que pertencem a classe diferenciada epistemicamente.¹⁶

Como tenho comentado antes, as implicações epistemológicas deste argumento são notáveis: ainda que não se conceda (por qualquer razão, neste caso por supor que a percepção real e a ilusória são da mesma natureza) que nossa experiência perceptual é capaz de aceder (seguir em alguns casos) de modo direto ao mundo não pode não conceder-se que não distinguimos tipos de experiências do mundo, sobre a base, ao menos de uma tendência da experiência a diferenciar seus modos de relação com o mundo, impulsionada por sua *pretensão de objetividade*. A experiência perceptual, por si, consiste no intento de desempenhar-se com êxito no mundo, percebendo as coisas tal como são no mundo. Este pressuposto não resultaria anulável pelo cético segundo McDowell, porque o diagnóstico de sua posição leva-a implícita.

McDowell, entre Kant e Hegel

Assim, com esta diferenciação (de experiências diferenciadas epistemicamente) McDowell entende também que a pretensão de objetividade da experiência, desde sua concepção disjuntivista, pode ser introduzida como material para um argumento transcendental que ofereceria uma resposta definitiva ao cético sobre o acesso direto (perceptual) ao mundo. Isso porque, ao que parece resulta menos convincente assumir tal pretensão simplesmente desde o ponto de vista epistemológico.

Que para McDowell um cético (sobre as afirmações que fazemos do mundo pela experiência perceptual) deva admitir, de algum modo, que a experiência perceptual tem pretensão de objetividade, se deve em grande parte – segundo minha leitura – a que assume que toda nossa experiência se sustentaria de modo kantiano, nos resultados da *unidade da percepção*. Ao que parece, o principal pressuposto (em dívida com Kant) é que a experiência surge de uma subjetividade que, como resultado da Dedução Transcendental possui duas funções: intuir e julgar, e ambas remetem à *realidade objetiva* (ou inseparabilidade epistemológica de mente e mundo, me arrisco a

¹⁶McDowell 2008, p. 380.

interpretar nesse contexto). A interpretação de McDowell sublinha o seguinte: “A Dedução [Transcendental] desenvolve a ideia de uma subjetividade que é ambas as coisas: [algo] intuitivamente em contato com a realidade objetiva e [algo] capaz de fazer juízos acerca dela”.¹⁷O ponto central para McDowell, como antecipei no início, é que a descrição kantiana do entendimento (Verstand) desenvolve como conceito chave a espontaneidade, enquanto dita faculdade implica o pôr em marcha de nossas capacidades de articulação da experiência possível e efetiva do mundo.¹⁸Esta interpretação de Kant feita por parte de McDowell poderia dar razão, parcialmente – ainda que não alcance por si respostas esclarecedoras – de algumas perguntas de Snowdon em torno à inaudita incorporação por McDowell de um elemento transcendental em sua concepção, que em realidade não parece aportar – como tenho apontado antes – maior explicação ou fortaleza a sua argumentação. Enso que talvez isso se deve a que o que McDowell entende por *transcendental* se encontra bastante mediado pela reformulação – ou ampliação – de Hegel da Dedução Transcendental de Kant.

Proporei na continuação, algumas considerações iniciais a partir da compreensão hegeliana do alcance¹⁹ da Dedução Transcendental, de onde McDowell constitui sua particular concepção de *transcendental* de seu disjuntivismo. Recupero brevemente algumas passagens clássicas de Kant e Hegel as quais se socorre McDowell:

A mesma função que confere unidade as distintas representações num juízo, confere também unidade à mera síntese de distintas representações numa intuição. Unidade, que expressada de modo geral, significa o conceito puro do entendimento.²⁰

A unidade transcendental da apercepção é a que une no conceito do objeto todo o múltiplo dado numa intuição. Por isso se chama objetiva.²¹

Em seguida cita McDowell (seguindo também a leitura de R. Pippin) o conhecido elogio de Hegel a respeito:

Uma das opiniões mais profundas e mais corretas que se encontram na Crítica da Razão é a que afirma que a unidade que constitui a essência do conceito,

¹⁷McDowell 2009, p. 71. [Acrescidos meus].

¹⁸ McDowell 2009, p. 71.

¹⁹McDowell 2009, pp. 69ss. Sobre a alusão a Hegel, socorre-se de Pippin 1989.

²⁰Kant, KrV B104-5

²¹Kant, KrV B139

tem que ser reconhecida como a unidade originária-sintética da apercepção, a saber, como a unidade do Eu penso, ou seja, da autoconsciência.²²

Este conhecido elogio de Hegel a Kant acusa uma parte importante do pensamento kantiano que serve a Hegel de ponto de partida para seu conceito de conceito (Begriff), especialmente do que entende Hegel como *singularidade do conceito*. Hegel reformula a *síntese da apercepção* proposta por Kant como princípio transcendental dos juízos sintéticos *a priori*. A conhecida crítica de Hegel a respeito é que Kant considera uma *unidade meramente regulativa do uso sistemático do entendimento*,²³ o que parece reduzir – segundo Hegel – o conceito de objetividade que havia alcançado Kant à uma mera formalidade. Hegel considera que a síntese da apercepção descoberta por Kant implica algo mais, a saber, “um dos mais profundos princípios do desenvolvimento especulativo.²⁴ Com isso propõe que a unidade das intuições, ou a possibilidade dos juízos sintéticos, dão forma a natureza de uma entendida de cuja *objetividade* é constitutiva tanto do *conceito* que se *faz realidade* integral (nem meramente subjetiva, nem meramente objetiva) – enquanto conforma sua *determinação progressiva* (Fortbestimmung) -: como da realidade que se desenvolve de modo autodeterminante.

Para expor isto, Hegel propõe um progresso até o que ele entende como singularidade (Einzelheit). O conceito, “sem o múltiplo da intuição eria [algo] vazio ou sem conteúdo”, e nesse sentido seria uma *síntese a priori*, com o que tem certamente a “determinidade” (do objeto, o conteúdo! Segundo Hegel) em si mesmo.²⁵

Deste modo, se esta determinidade da síntese é compreendido como “determinidade do conceito” (Bestimmtheit des Begriffs), então não parece haver problema – para Hegel – em compreendê-la como “determinidade absoluta” (absolute Bestimmtheit), a saber, como singularidade (Einzelheit). Este caráter (singular) faria com que o conceito fosse: “fundamento e fonte de toda determinidade e multiplicidade finita”.²⁶ A principal consequência disso podemos encontrar na mais célebre e contundente afirmação de Hegel a respeito:

Antes se concluiu da dedução kantiana das categorias que o objeto, como aquele em que se unificou o múltiplo da intuição, é esta unidade somente

²²Hegel, GW 12, pp. 17-18; CL, p. 517.

²³Hegel, GW 12, p. 23.

²⁴Hegel, GW 12, p. 23.

²⁵Cf. Hegel, GW 12, p. 23

²⁶Hegel, GW 12, p. 23.

através da unidade da autoconsciência. A objetividade do pensar é portanto aqui certamente pronunciada, uma identidade do conceito e da coisa que é a verdade.²⁷

Uma passagem mais categórica ainda:

Através da determinidade de seu conceito, a saber, do ser para-si abstrato, o cognoscente se refere certamente a um mundo externo, mas a absoluta certeza de si mesmo para [...] elevar essa verdade formal à verdade real. Ele tem em seu conceito a essencialidade inteira do mundo objetivo.²⁸

A versão de Hegel implica alguns supostos que um cético não poderia evitar de duvidar. Isto quiçá requer uma explicação mais ampla que excederia o contexto deste estudo. Somente quero mencionar aqui dois aspectos que poderiam considerar-se provisionalmente a respeito: uma que afeta boa parte das leituras tradicionais que separam consideravelmente Hegel de Kant em relação ao caráter transcendental da unidade da apercepção e outro que afetaria diretamente o projeto de McDowell.

Em primeiro lugar, não parece claro que esta colocação – radical como ressalta McDowell – de Hegel tenha um alcance maior que o caráter transcendental da dedução kantiana, mas ainda, parece que somente acrescentaria que os conteúdos da consciência (e também da percepção) são *objetivos* porque por si é possível que a experiência realiza e compendie as dimensões da realidade (objetividade e subjetividade) e isto seja compreendido, em último termo como “conceito” (ou auto-concepção absoluta e livre, constitutiva da realidade: concreta, subjetivo-objetiva, ‘viva’, ‘resultado de si mesmo’, ‘consciente de si’ etc.), cuja máxima expressão é a consciência de si, a qual é ambas as coisas: causa e resultado de si. Este ponto de vista é sem dúvida, mais radical – que o kantiano – porque supõe, como se tem dito, que todos seus processos (impulsos, momentos, figuras e resultados) são ‘constitutivos’ da realidade enquanto totalidade dinâmica. Ante esta colocação somente resta acreditar ou não (especulativamente) que isso é realmente assim, ou situarmos novamente no ponto de partida da dedução transcendental, reconhecendo que há uma clara distinção entre ‘dimensões’ da realidade que se solapam mutuamente. Enfim, acredito que o esforço de Hegel por superar o formalismo colocou uma crítica certa aos pressupostos da concepção transcendental

²⁷Hegel, GW 12, p. 23.

²⁸Hegel, GW 12, p. 199.

kantiana da ‘objetividade’²⁹, sem dúvida, não consegue superar todo o ‘ponto de vista transcendental’, inclusive o fortalece em muitos momentos de sua exposição.

Em segundo lugar – no que diz respeito ao projeto (em particular a epistemologia) de McDowell – não está claro como, apelando à radicalização de Hegel, possa permanecer ‘livre do idealismo’, sua sugestiva concepção disjuntivista da relação de mente e mundo, sobretudo quando se trata de buscar razões (ou materiais de argumentos transcendentais) para fazer ver o cético que sua posição assume pressupostos infundados acerca do possível acesso perceptual ao mundo externo, aspecto que a posição disjuntivista de McDowell pretende evitar. Como observa Snowdon, o assunto se complica ao pretender retirar algo em comum de dois modos distintos de argumentar (teorético-transcendental e epistemológico) – ao que eu acrescentaria

Também um terceiro: o especulativo – ainda que não deixa de ser plausível a descrição mcdowelliana das implicações epistemológicas que motivam essa busca, propondo desde um ponto de vista transcendental (sem compromissos com algum modo de idealismo). Sua colocação disjuntivista adquire certa forma dialética que assume a recepção hegeliana da concepção estoica da liberdade de pensamento e a ideia kantiana da espontaneidade do sujeito e ‘coerção’ do mundo externo.³⁰ Quiçá estes sejam dois dos principais pressupostos e compromissos teóricos de McDowell em seu propósito de dar-lhe sentido a ideia de que a mente ‘accede’ ao mundo, inclusive se se suspeita que isto não é possível. Uma ideia que parece não requerer pressupostos extra-epistemológicos para que funcione o argumento que contém em chave disjuntivista: a pretensão de objetividade da experiência não resulta facilmente anulável e seu alcance pode implicar, ao menos epistemologicamente, a impossibilidade de negar – de algum modo – que nossa percepção aceda de modo direto ao mundo.

Referências

Franco, R. *Conformidad a fin y objetividad. Presupuestos de la crítica de Hegel a la teleología kantiana*. In Álvarez, M. y M.C. Paredes (Ed.), *La controversia de Hegel con Kant (195-203)*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca. Franco, R. (2004).

²⁹Em outro lugar examinei esta opinião, veja-se Franco 2004.

³⁰Tenho comentado em outro lugar a recepção por parte de McDowell, deste e de outros ‘elementos’ ou ‘materiais’ do pensamento de Hegel. Veja-se Franco 2010.

_____. *Negación y autoconstitución del sujeto. Elementos hegelianos en la propuesta posanalítica*. In Álvarez, M. y M.C. Paredes (Eds.), *Liberación y constitución del Espíritu. Elementos hegelianos en el pensamiento contemporáneo* (pp. 165-175). Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (2010).

Hegel, G.W.F, (GW 12): *Wissenschaft der Logik*. Zweiter Band: Die Subjektive Logik (1816). En Hogemann, F. y W. Jaeschke (eds.), *Gesammelte Werke*, Hamburgo: Felix Meiner Verlag, 1981.

Hinton, J.M. *Experiences*. Oxford: Clarendon Press, 1973.

Kant, I., (KrV): *Kritik der reinen Vernunft*, W. Weischedel (Ed.), Frankfurt a. M.: Suhrkamp (=STW 55), 1995. [Edición española: *Crítica de la razón pura*, (trad. de P. Ribas), Madrid: Alfaguara, 1997. Abreviatura: CRP].

McDowell, J. *Criteria, Defeasibility and Knowledge*. En J. McDowell, *Meaning, Knowledge and Reality*, pp. 369-394. Cambridge: Harvard University Press, 1998.

McDowell, J. (MW), *Mind and World*, Cambridge: HUP. 1996. [Versión castellana: *Mente y mundo*, M. Quitana (trad.), Salamanca: Sígueme, 2003. Abreviatura: MM].

McDowell, J. *The Disjunctive Conception of Experience as material for a Transcendental Argument*. En Haddock, A., MacPherson, F., *Disjunctivism: Perception, Action, Knowledge* (376-389). Oxford: Oxford University Press 2008.

McDowell, J. “*Hegel’s Idealism as Radicalization of Kant*”, en McDowell, J., *Having the World in View. Essays on Kant, Hegel and Sellars*, Cambridge: Harvard University Press, 2009.

Pippin, R. *Hegels idealism: The Satisfactions of Self-Consciousness*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

Snowdon, P. *McDowell on Skepticism, Disjunctivism and Transcendental Arguments*. *Philosophical Topics*, 37,1, pp. 133-152, 2009. [versión castellana: *McDowell sobre escepticismo, disyuntivismo y argumentos trascendentales*, R. Franco (tr.) (2012), en *Azafea. Revista de Filosofía*, 14, pp. 23-48].

Snowdon, P. *Perception, vision and causation*. En J. Dancy, *Perceptual knowledge*, Oxford University Press, pp. 192-208, 1988 [reprinted from *Proceedings of the Aristotelian Society*, 81, 1980-81, 175-192].

Recebido em junho de 2015

Aprovado em fevereiro de 2016